

Concessionária assume trecho Ouro Preto – Mariana e inicia operação de lote rodoviário em Minas Gerais

Sex 20 março

A gestão das estradas mineiras entra em uma nova fase nesta sexta-feira (20/3), com o início da operação do Lote 7 da rodovia Ouro Preto – Mariana, a Via Liberdade. A concessionária Rota da Liberdade S.A. assume oficialmente a administração de 190 quilômetros de rodovias que conectam a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) ao município de Rio Casca, na Zona da Mata.

O contrato, assinado em janeiro de 2026, tem duração de 30 anos e prevê investimentos de cerca de R\$ 5 bilhões em obras de duplicação, manutenção e atendimento aos usuários.

A concessão é regulada e fiscalizada pela [Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais \(Artemig\)](#), responsável por acompanhar o cumprimento das metas contratuais e assegurar que o cronograma de obras seja cumprido. A iniciativa marca a modernização de um dos principais corredores viários do estado, com atenção à segurança, à melhoria da infraestrutura e à qualificação dos serviços prestados.

"O início desta concessão representa um avanço importante para a infraestrutura rodoviária de Minas Gerais. Vamos acompanhar de perto a execução do contrato, monitorando o cumprimento das obrigações, os indicadores de desempenho e a prestação dos serviços, para garantir as entregas à população com segurança e transparência", destaca o diretor-geral da Artemig, Breno Longobucco.

O trecho concedido abrange as rodovias BR-356, MG-262 e MG-329, atravessando 11 municípios: Nova Lima, Rio Acima, Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Acaiaca, Barra Longa, Ponte Nova, Urucânia, Piedade de Ponte Nova e Rio Casca. A concessão está em um dos principais eixos logísticos, turísticos e econômicos do estado.

A concessão representa a materialização de uma das primeiras grandes entregas viabilizadas pelo [Novo Acordo de Mariana](#), assinado em outubro de 2024 pelos Estados de [Minas Gerais](#) e Espírito Santo com a União, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos dos dois estados, Defensoria Pública e Ministério Público da União, e as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, deixou 19 mortos e causou graves impactos sociais, ambientais e econômicos em Minas e no Espírito Santo.

Melhorias e Serviços

No primeiro ano de contrato, serão realizados os serviços iniciais, com foco em intervenções

corretivas para garantir condições adequadas de tráfegabilidade e segurança. As ações incluem recuperação do pavimento, substituição e adequação da sinalização e dos dispositivos de segurança, além de limpeza da faixa de domínio, roçada e manutenção dos sistemas de drenagem e estruturas existentes.

A cobrança de pedágio será iniciada apenas após a realização dessas melhorias previstas, assegurando que os usuários percebam ganhos efetivos na qualidade das rodovias antes do início da tarifação.

Ao longo do contrato, o projeto prevê um conjunto de obras ao longo do trecho, incluindo a duplicação da BR-356, a implantação de terceiras faixas, acostamentos em toda a extensão e a construção do Contorno Viário de Cachoeira do Campo, intervenções que visam ampliar a capacidade de tráfego, as condições de circulação e a segurança viária.

Além das obras, a concessão também contempla a modernização da operação e dos serviços oferecidos aos usuários. Estão previstas estruturas como um Ponto de Parada e Descanso (PPD) nas proximidades de Amarantina, uma área de escape na Serra da Santa, em Itabirito, atendimento 24 horas com suporte médico e mecânico, além da implantação de um Centro de Controle Operacional e bases de atendimento ao longo do trecho.